

Por que antecipar o debate constitucional

Revela-se em Brasília que ainda em 1980 o presidente Figueiredo pode enviar ao Congresso o projeto de uma nova Constituição, para ser discutido e votado em 1981.

Com isso, o governo antecipa o grande debate constitucional originalmente previsto para o fim do governo Figueiredo ou pelo menos para depois das eleições de 82, e tenta alcançar os seguintes objetivos:

1 Esvaziar a constituinte

O governo não tem estado indiferente ou insensível às pressões de opinião pública em favor da Constituinte. Mas sua posição, inspirada, aliás, nas teses do professor Afonso Arinos de Mello Franco, é a de que o Congresso dispõe de poderes amplos para reformar a carta atual e até votar outra inteiramente nova. No atual Congresso, o governo tem maioria tanto na Câmara como no Senado. Embora saiba que essa maioria não será dócil e conformista como as de legislaturas anteriores, o governo sabe também que essa maioria é confiável para garantir o essencial de uma nova constituição. Uma nova constituição — que por exemplo restabeleça a eleição direta de governador, restaure prerrogativas do Legislativo e recomponha o equilíbrio entre os poderes do Estado — poderá até manter o princípio do Executivo forte e as salvaguardas da Emenda 11, sem deixar de atingir mortalmente a bandeira oposicionista da eleição de uma Assembleia Constituinte.

2 Dividir a oposição

O que na oposição se alega em favor da eleição de uma Constituinte é que o Congresso pode ter poderes formais, mas não tem legitimidade política para votar uma nova Constituição. Essa era a posição aparentemente uníssona do antigo MDB, sacramentada em convenção na-



Afonso Arinos

cional. Não é mais: o senador Tancredo Neves sustenta, e disse isso em entrevista, que consideraria legitimada uma constituição votada pelo Congresso e submetida a referendo popular. Tanto quanto se sabe, o governo pretende que o projeto constitucional a ser submetido ao Congresso vá a tal referendo — com o que atende antecipadamente a essa proposta do Partido Popular e pode negociar seu apoio à nova carta.

3 Ganhar tempo

De um lado, a iniciativa do governo antecipará um debate antes programado para 83 ou 84. De outro lado, entretanto, serve para ganhar tempo. Com o projeto de nova Constituição, o governo conseguirá, ou pela negociação política ou pela força de imperativos regimentais, sobrestar o andamento e evitar a votação de emendas dispersas, como a do deputado Edson Lobão (eleição direta de governador) e a da Comissão Djalma Marinho (restabelecimento das prerrogativas do Congresso). Essas emendas e outras já apresentadas (como a do senador Afonso Camargo, proibindo a sublegenda) ou por apresentar (como a do senador Mauro Benevides, restabelecendo a autonomia das capitais e a eleição de seus prefeitos), ameaçam atropelar os pla-

nos políticos do governo para 1980, que se condicionam às duras condições do combate à inflação. A antecipação do debate constitucional poderia ainda facilitar politicamente o adiamento da eleição municipal de 80.



Tancredo Neves

4 Manter a iniciativa

O ministro Petronio Portela e os outros articuladores políticos do governo têm deixado claro, em diferentes ocasiões, que o governo se considera responsável pela oportunidade das grandes decisões políticas e em nenhuma hipótese cederá à oposição a iniciativa das grandes reformas e das grandes bandeiras políticas. Assim como os atos institucionais foram revogados e a anistia foi concedida por iniciativa sua e sem os votos da oposição, assim também o governo quer antecipar-se na reivindicação de uma nova carta política para o país.